

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.268 - BA (2019/0161833-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : **ELETROGOES S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **GEA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **VICENTE ROMANO SOBRINHO - SP083338**
 FERNANDO FIOREZZI DE LUIZI - SP220548
 CAMILA ABOUD GOMES - BA051433
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 7A VARA CÍVEL E COMERCIAL DE**
 SALVADOR - BA
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE PIMENTA**
 BUENO - RO
INTERES. : **MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO**
ADVOGADO : **MARCOS ANTÔNIO PANCIER - RO003810**

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por **ELETROGOES S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** e **GEA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, envolvendo o r. Juízo de Direito da 7ª Vara Cível e Comercial de Salvador/BA, no qual se processa a recuperação judicial das suscitantes (Processo nº 0577604-06.2016.8.05.0001), e o Juízo da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno/RO, onde tramita execução fiscal nº 7001605-50.2017.8.22.0009, ajuizada pelo Município de Pimenta Bueno/RO.

Afirmam as suscitantes que formularam pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 25/12/2016 pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Cível e Comercial de Salvador/BA, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhista. (fls. 77/109)

Aduzem, contudo, que: **i**) "(...) foi ajuizada em 12/04/2017 pelo Município de Pimenta Bueno/RO (ora interessado) uma **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL** N.º (...) perante a 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Pimenta Bueno/RO (juízo suscitado), objetivando o recebimento de crédito no valor de R\$ 1.165.653,31 (um milhão cento e sessenta e cinco mil seiscientos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos), consistente na Certidão de Dívida Ativa n.º (...), proveniente de inadimplemento quanto ao recolhimento do ISS."; **ii**) "(...) com o regular prosseguimento do feito, foram determinadas algumas providências, tais como determinação de penhora online através do BACENJUD e outras medidas que objetivaram, sem êxito, a satisfação desses créditos em desfavor das Suscitantes; tendo sido, através de despacho datado de 24/05/2019, deferido pedido de penhora de ativos (recebíveis relativos à

*comercialização de energia em mercado livre) de titularidade da Eletrogoes, junto à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), no valor de R\$ 1.6614.844,61 (sic)"; **iii**) "(...) é sabido que após a distribuição do pedido de recuperação judicial, a(s) empresa(s) em recuperação não podem alienar nem onerar bens sem a anuência dos credores e a chancela do Juízo que conduz a Recuperação Judicial, se comprovada necessidade de fazê-lo."*

Sustentam as recuperandas, porém, que a competência para determinar atos de execução sobre o seu patrimônio é do juízo da recuperação judicial, conforme exegese do art. 3º, da Lei nº 11.101/2005, que reputam pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento do cumprimento de sentença arbitral, com a consequente designação do Juízo da 7ª Vara Cível e Comercial de Salvador/BA, para decidir sobre a destinação dos valores apurados. **No mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar a realização de eventuais atos executórios, em curso no Juízo da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno/RO.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido liminar merece **parcial** acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça e da Segunda Seção para o conhecimento e processamento do presente conflito, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, I, "d", da Constituição Federal.

Nesse sentido, registra-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.
RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.
PRECEDENTES.

- A 2ª Seção é competente para o julgamento do conflito uma vez que não se discute nos autos a competência para processar e julgar cobrança de crédito fiscal, mas sim para decidir sobre o patrimônio de sociedade em recuperação judicial.

- Não há que se falar em ofensa à cláusula de reserva de plenário (art. 97 da Constituição Federal) ou em desacatamento à Súmula Vinculante n. 10 do Supremo Tribunal Federal, porquanto não houve, na decisão agravada, declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais suscitados.

- As ações de natureza fiscal não se suspendem ante o deferimento de recuperação judicial, conforme o art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005, mas cabe ao Juízo Universal o prosseguimento dos atos de alienação dos bens da empresa recuperanda. Precedentes.

- O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. -

Agravo no conflito de competência não provido.

(AgRg no CC n.º 123.474/DF, Rel.^a Min.^a NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 26/10/2012)

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se na compreensão de que os atos de execução dos créditos individuais, sejam eles fiscais ou trabalhistas, promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n.º 7.661/45 ou da Lei n.º 11.101/05, **devem ser realizados pelo juízo universal**, valendo conferir, no mesmo sentido, os precedentes que seguem:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. BENS PARTICULARES DOS SÓCIOS. EFEITOS. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais. Precedentes.

2. Os bens particulares dos sócios das empresas recuperandas podem ser resguardados dos efeitos da recuperação judicial, por meio de decisão que expressamente assim determine.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RCD no CC 134.598/AM, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/03/2015, DJe 06/04/2015)

Além disso, a jurisprudência desta Corte Superior perfilha entendimento de que o deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, de acordo com o disposto no art. 6º, § 7º, da Lei n.º 11.101/05, com a ressalva nele prevista. **Todavia, na execução fiscal não é permitida a prática de atos que comprometam o patrimônio do devedor ou excluam parte dele do processo de recuperação judicial.** Registra-se, nesse sentido, os seguinte precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. EDIÇÃO DA LEI N. 13.043, DE 13.11.2014. PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA MANTIDA.

1. O prosseguimento da execução fiscal e eventuais embargos, na forma do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05, deverá se dar perante o juízo competente, ao qual caberão todos os atos processuais, inclusive a ordem de citação e penhora, exceto a apreensão e alienação de bens.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no CC 81.922/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/02/2016, DJe 04/03/2016)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TEMPESTIVIDADE. RECONHECIMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O agravo regimental é tempestivo, pois foi interposto no curso da suspensão do prazo processual, em razão da superveniência de férias forenses.

2. **Apesar das execuções fiscais não se suspenderem com o deferimento do pedido de recuperação judicial, os atos de constrição do patrimônio da empresa recuperanda ficam sujeitos ao juízo da recuperação, sob pena de frustrar este procedimento que objetiva devolver à sociedade comercial as condições para voltar a desempenhar suas atividades.**

3. Embargos de declaração acolhidos para negar provimento ao agravo regimental, por outro fundamento.

(EDcl no AgRg no CC 132.094/AM, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 16/12/2014) (grifos nossos)

E ainda: AgInt no CC 162709 / RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Dje de 31/05/2019; AgInt no CC 156841 / MT, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Dje de 19/11/2018.

Diante da jurisprudência supramencionada, e das decisões cujas cópias foram juntadas às fls. 77/109 (Juízo da Recuperação Judicial) e às fls. 117/118 e 249 (Juízo da Execução Fiscal), revela-se, nesse juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado**. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado em razão da realização de atos executórios em face das suscitantes, sem o devido exame pelo Juízo Recuperacional.

2. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ **defere-se** parcialmente o pedido liminar para determinar a abstenção do r. Juízo da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno/RO de atos que impliquem a constrição de bens ou valores da empresa suscitante nos autos da execução fiscal n.º 7001605-50.2017.8.22.0009, e designar o Juízo de Direito da 7ª Vara Cível e Comercial de Salvador/BA para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, até ulterior deliberação do relator.

Oficie-se aos juízos suscitados, com urgência, comunicando e solicitando informações pormenorizadas do andamento da execução fiscal.

Após, à Douta Subprocuradoria-Geral da República.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

